

Turismo no Espírito Santo sente escassez de recursos

O chefe da Divisão de Turismo da Prefeitura de Vitória, José Carlos Nascif Amm, confirmou a alta taxa de ocupação dos hotéis da Capital no verão, revelando, contudo, que durante todo o ano, os estabelecimentos têm 70% de sua capacidade utilizada, em média. Ele denunciou a falta de entrosamento entre os hotéis e empresas do ramo com os órgãos públicos como um dos fatores que mais concorrem para diminuir o alcance dos planos oficiais para o setor.

Segundo Nascif, somente a criação da Secretaria Municipal de Turismo, que provavelmente ocorrerá depois que a PMV efetivar sua reforma administrativa, poderá resolver o maior problema existente, que é a insuficiência de recursos, pois assim, através da concessão de maiores verbas, estará ampliado o campo de atividades de um órgão que hoje é apenas a divisão de um departamento da Prefeitura.

SALA DO TURISTA

Dentro dos estreitos limites estabelecidos, entretanto, a Divisão de Turismo já conseguiu que algumas coisas viessem a se tornar realidade, passado das formulações teóricas para a concretização. Uma delas é a Sala do Turista, que está sendo montada nas dependências da PMV, e que depois de pronta irá oferecer assistência, embora limitada, aos visitantes da cidade.

A sala contará com guias especialmente treinadas para mostrar aos turistas as opções de divertimento oferecidas, fornecendo informações sobre alguns pontos de interesse histórico e geográfico da Capital. Serão distribuídos pacotes de chocolate, cuja cota já foi estabelecida pelas fábricas existentes na Grande Vitória, sendo que a tarefa de chamamento dos visitantes do hotel até a Prefeitura ficará a cargo de folhetos que lá serão distribuídos.

Contíguo a esta iniciativa, a Prefeitura deverá contar ainda, dentro em breve, com uma galeria de arte, cuja finalidade será promover exposições de artistas capixabas no local, vender algumas de suas peças e proporcionar facilidades para que o turista tenha contato com o artesanato, visando a difusão da cultura do Estado, e mais especificamente de Vitória, por entre pessoas de outras regiões do País.

FALTA DE INFORMAÇÃO

A falta de informação aos visitantes é algo reconhecido por José Carlos Nascif, que atribui a culpa por uma parte dessa deficiência ao desentrosamento entre os órgãos públicos e as empresas particulares, que não colaboram quando solicitados para a divulgação de algum evento ou promoção de interesse.

Nascif considera que o problema poderia ser em parte resolvido através da criação, no aeroporto, entradas e saídas da Capital, e nas estações rodoviária e ferroviária (quando estas existirem, naturalmente), de postos de orientação, com recepcionistas, que dariam todas as indicações necessárias ao turista, numa nova dinâmica que incluiria tours pela cidade, e por pontos de maior interesse, como construções e monumentos históricos e a faixa litorânea.

Quanto ao crescimento da área hoteleira, o chefe da Divisão de Turismo da PMV tem uma visão otimista, afirmando que o momento atual é o de empresários partirem para grandes empreendimentos. Ele considera que a constituição de áreas para camping pela municipalidade encontraria um grande obstáculo na manutenção, de forma que não seria uma idéia das melhores, embora se saiba que prefeituras de outras cidades e capitais mantenham em pontos localizados dos seus municípios tais áreas, onde às vezes pela utilização o visitante não paga nada.

Friederick Brum Vieira

Pesquisa condena política da Emcatutur

Referindo-se à política do turismo capixaba como sendo restrita à ação programática da Emcatutur, que se concentrou apenas na faixa radioativa e mais especificamente, em Guarapari, num ato que embora inconsciente, estimulou o turismo elitista, voltado para as classes mais privilegiadas, o Plano de Ação Imediata, elaborado pela Fundação Jones dos Santos Neves, propõe prioridades para o desenvolvimento do setor no Estado.

O documento, recentemente concluído, pretende "acionar um conjunto de realizações concretas para tirar o setor turístico do imobilismo, relativo ao qual tem sido submetido até hoje, demonstrar a complementariedade entre os núcleos turísticos existentes, até agora vistos isoladamente, e ressaltar a existência de um Sistema Estadual de Turismo".

A Fundação Jones dos Santos Neves propõe que se considere dentro do critério potencial e prioritário, os seguintes municípios como unidades capazes de responder imediatamente a um plano de desenvolvimento turístico: Anchieta, Conceição da Barra, Domingos Martins,

Guarapari, Itapemirim, Linhares, Santa Teresa, São Mateus, Serra, Vila Velha e Vitória.

Para formular um plano de atuação, a Fundação fez algumas considerações sobre a situação atual dos municípios em referência, e concluiu que "a oferta turística do Espírito Santo não deixou de acompanhar as linhas definidas pelas penetrações rodoviárias e o desenho urbano pré-existente".

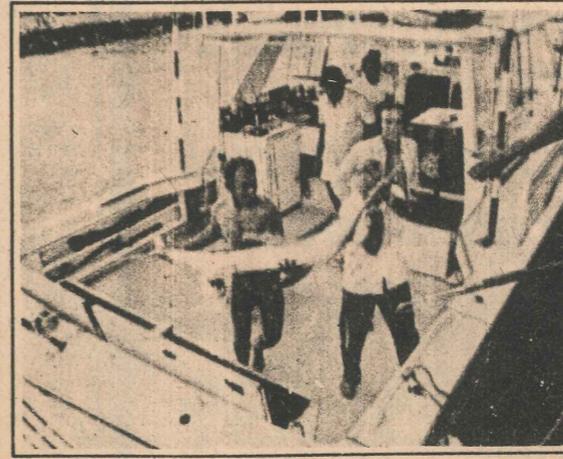
Acrescentou que "o Estado, excluindo-se os pólos turísticos de Guarapari e Vitória, depende de sua natural vocação de corredor de passagem entre Rio e Bahia e de sua condição de linha de penetração no sentido do interior do Brasil, através de Minas Gerais. As funções turísticas de um espaço deste tipo tem que combater as condições naturais que possibilitam o tráfego de passagem e que dificultam um turismo de fixação".

A curto prazo, o plano determina uma agilização na estrutura organizacional da Emcatutur, adaptando-a à necessidades do ambiente em constantes mutações e à flexibilidade requerida a um órgão dessa natureza, uma campanha motivacional e de esclarecimento ao

empresariado capixaba, a fim de captar as suas aspirações e definir prioridades de investimentos no setor hoteleiro e informá-lo a respeito das facilidades de crédito existentes, para o setor.

Estímulo à construção de equipamento hoteleiro, de acordo com dimensionamento criterioso da necessidade do aumento da oferta, implantação de uma estratégia de marketing, organização do sistema de treinamento de recursos humanos especializados visando melhorar a qualidade dos serviços, integração dos esforços já desenvolvidos, criação de postos de informação turística em locais de grande fluxo com material informativo e promocional adequado e com pessoal capacitado.

Articulação, através da Emcatutur, de todos os órgãos do Estado envolvidos no setor do Turismo, a fim de compatibilizar esforços para melhor exercer a função de planejamento, mostrar a importância do poder local para uma ação setorial integrada, campanha de esclarecimento ao público sobre o turismo e a elaboração de um plano global de desenvolvimento do turismo no Espírito Santo.



As opções no Estado são muitas e vão desde as praias, até a pesca oceânica e as regiões montanhosas.

Montanhas possuem bom potencial

A necessidade de voltar a ação da política do turismo das áreas litorâneas para as de montanha, abrindo novos campos para o setor,

sobre bases as mais diversas, que colocam o visitante mineiro como alguém que permanece numa casa própria de praia por um período

ocorre em razão da menor distância dos grandes centros — Rio e São Paulo — e do fato de Guarapari, cujo nome por si só já se constitui

atual, mas não à potencial.

O órgão não sabe dizer porque o empresariado não se interessa em investir em outras partes que não o

Ocupação dos hotéis é boa, no verão

Fica em torno de 95% a taxa de ocupação dos hotéis de Vitória, no verão. Segundo disse o gerente do Hotel São José, Edson Gallerani, aquele estabelecimento, que tem 182 leitos, permanece naquele período com 170 a 180 hóspedes, o que revela serem insuficientes os recursos hoteleiros disponíveis, embora em outras estações do ano o número de turistas seja menor, havendo, conseqüentemente, uma capacidade ociosa.

Gallerani sublinhou a necessidade de se montar um esquema promocional e informativo das potencialidades turísticas capixabas mais eficiente que o atual, onde o turista fica perdido, sem contar com um guia que lhe forneça dados seguros e que permitam desenvolver a contento o seu plano de lazer.

COMO SÃO PAULO

O gerente do Hotel São José compara o turismo feito em Vitória na baixa estação ao de São Paulo, guardadas as devidas proporções, é claro, tendo em vista que em épocas do ano fora do verão, a ocupação dos hotéis é feita em sua grande maioria por executivos que chegam à Capital para tratar de negócio. Aí estaria a diferença, por exemplo, da atividade desenvolvida em Salvador, Bahia, onde o interesse turístico é mais pronunciado nas férias de final e começo de ano, motivado quase que exclusivamente pela história, cultura e litoral.

Em Vitória, ainda com o interesse secundário, proporcionado pelas oportunidades de negócios, na baixa estação, a média de ocupação dos apartamentos é bem alta, pois segundo revelou Edson Gallerani, neste período o São José recebe uma

média de 130 a 150 hóspedes em suas dependências.

Se a opinião de Gallerani for extensiva aos demais dirigentes de unidades hoteleiras no Estado, a conclusão é a de que o empresariado está satisfeito com a política desenvolvida pela Emcatur e pela Embratur, embora o caso específico do Hotel São José não permita nenhuma referência no tocante à utilização das vantagens fiscais proporcionadas por estes dois órgãos.

No mais, ele concorda que no Estado falta infra-estrutura, como rodovias, além de equipamentos de lazer capazes de aproveitar o potencial natural existente. O que existe, segundo ele, tendo em vista os preços cobrados, é somente acessível às classes economicamente mais privilegiadas, havendo necessidade, então, de se montar um sistema capaz de atender mais à classe média.

Há, entretanto, que se analisar dois aspectos: o primeiro diz respeito ao caráter de sazonalidade da atividade turística, que se em uma época do ano é muito intensa, fica ociosa em outra, o que é um obstáculo à construção de unidades no Interior, onde esse problema não pode ser superado através do turismo de negócios, que se concentra apenas em Vitória.

O outro aspecto seria o fato de que para gozar das vantagens oferecidas, o empresário tem de se permitir a um enquadramento nos moldes do que a Embratur exige, o que significa, em última análise, que somente os grandes empreendimentos, que envolvem grande volume de capital, podem auferir de tais vantagens.

foi assinada pela Empresa Capixaba de Turismo (Emcatur), que admite a falta de infra-estrutura nesta e em outras regiões do Estado, embora considere o Espírito Santo regularmente equipado no que se refere ao sistema hoteleiro e não saiba explicar por que o empresariado não se interessa em utilizar as vantagens oferecidas pelo governo e investir neste tipo de atividade.

A Emcatur admite que falta divulgação para que o turismo possa se desenvolver na baixa estação, assim como situa os problemas enfrentados

— Os empresários que quiserem investir no setor do Turismo, gozarão de algumas vantagens oferecidas pelo Governo. O Fisét, por exemplo, (Fundo de Investimentos Setoriais) e os regionais Finor e Finam, se constituem em incentivos fiscais para a atividade, que especifi-

cam uma dedução de até 50% pela pessoa jurídica em cada exercício, do seu Imposto de Renda, para aplicação em projetos aprovados pelos

— O que falta ao desenvolvimento do turismo no Espírito Santo, além da infra-estrutura, é um sistema de divulgação eficiente. Estou cansado de receber turistas no verão em minha loja querendo saber como ir a Camburi ou ao Convento da Penha. As palavras são do presidente do Clube de Diretores Lojistas de Vitória, Fiorino Petrochi, que possuindo uma ótica no Centro da Cidade, afirma ainda que o mo-

superior ao que seria comemoração — não pagando hotel, não fazendo compras, trazendo até mesmo os alimentos do Estado de origem e utilizando-se de toda uma infra-estrutura montada sem gastar muito.

Para a Emcatur, o Espírito Santo é um Estado bem servido potencialmente por paisagens naturais, tanto em praias como montanhas, sendo que quase somente as praias, e principalmente as do Sul, são as conhecidas turisticamente. Isso

Governo oferece vantagens ao investidor

— Os empresários que quiserem investir no setor do Turismo, gozarão de algumas vantagens oferecidas pelo Governo. O Fisét, por exemplo, (Fundo de Investimentos Setoriais) e os regionais Finor e Finam, se constituem em incentivos fiscais para a atividade, que especifi-

cam uma dedução de até 50% pela pessoa jurídica em cada exercício, do seu Imposto de Renda, para aplicação em projetos aprovados pelos órgãos de desenvolvimento.

Por outro lado, todos os hotéis, cujos projetos de construção ou ampliação sejam aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo, gozam de isenção de 70% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, por períodos sucessivos anuais, até o total de dez anos, a partir da data de conclusão das obras. A pessoa física também pode exercer o direito de aplicação de re-

Pouca divulgação prejudica as atividades

vimento comercial não sofre aumento em razão da chegada de turistas ao Estado, no verão, porque aqueles sentem medo de serem explorados, já que a fiscalização existente, segundo ele, não é suficiente.

Segundo Fiorino, se deveria aproveitar mais as potencialidades capixabas para o desenvolvimento do turismo, seja através das festas populares ou das comemorações ofi-

ciais. De acordo com o que disse, a atividade nunca foi vista sob a ótica de fonte de recursos, razão pela qual, também nunca teve os investimentos de que necessitava. O presidente do CDL defende a idéia de criação de uma secretaria de Estado para o Turismo, conforme existe em diversos estados do Sul do País.

Haveria ainda o fato de que as praias seriam as preferidas, tendo em vista ser a maioria dos visitantes oriunda de Minas Gerais, Estado que é constituído basicamente de paisagens montanhosas, já suficientemente equipadas, ao passo que as situadas no Espírito Santo tem pouco ou quase nada a oferecer em termos de hospedagem. De uma maneira geral, entretanto, o Estado estaria bem dotado para oferecer acomodação e lazer à demanda

— Os empresários que quiserem investir no setor do Turismo, gozarão de algumas vantagens oferecidas pelo Governo. O Fisét, por exemplo, (Fundo de Investimentos Setoriais) e os regionais Finor e Finam, se constituem em incentivos fiscais para a atividade, que especifi-

cam uma dedução de até 50% pela pessoa jurídica em cada exercício, do seu Imposto de Renda, para aplicação em projetos aprovados pelos órgãos de desenvolvimento.

Por outro lado, todos os hotéis, cujos projetos de construção ou ampliação sejam aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo, gozam de isenção de 70% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, por períodos sucessivos anuais, até o total de dez anos, a partir da data de conclusão das obras. A pessoa física também pode exercer o direito de aplicação de re-

ciais. De acordo com o que disse, a atividade nunca foi vista sob a ótica de fonte de recursos, razão pela qual, também nunca teve os investimentos de que necessitava. O presidente do CDL defende a idéia de criação de uma secretaria de Estado para o Turismo, conforme existe em diversos estados do Sul do País.

De acordo com ele, os planos que se fazem para o setor não são levados à frente no seu todo, porque

litoral, deixando assim de aproveitar as vantagens concedidas pelo Governo com insenção de impostos e créditos bancários para a implantação de unidades hoteleiras, ou outros instrumentos que possibilitem o desenvolvimento do setor.

De qualquer forma, está sendo elaborado uma série de planos e documentos sobre o assunto, entre os quais, o Anuário Estatístico Turístico e o Plano de Desenvolvimento Turístico, para complementar o Plano de Ação Imediata, feito pela Fundação Jones dos Santos Neves.

— Os empresários que quiserem investir no setor do Turismo, gozarão de algumas vantagens oferecidas pelo Governo. O Fisét, por exemplo, (Fundo de Investimentos Setoriais) e os regionais Finor e Finam, se constituem em incentivos fiscais para a atividade, que especifi-

cam uma dedução de até 50% pela pessoa jurídica em cada exercício, do seu Imposto de Renda, para aplicação em projetos aprovados pelos órgãos de desenvolvimento.

Por outro lado, todos os hotéis, cujos projetos de construção ou ampliação sejam aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo, gozam de isenção de 70% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, por períodos sucessivos anuais, até o total de dez anos, a partir da data de conclusão das obras. A pessoa física também pode exercer o direito de aplicação de re-

— Os empresários que quiserem investir no setor do Turismo, gozarão de algumas vantagens oferecidas pelo Governo. O Fisét, por exemplo, (Fundo de Investimentos Setoriais) e os regionais Finor e Finam, se constituem em incentivos fiscais para a atividade, que especifi-

cam uma dedução de até 50% pela pessoa jurídica em cada exercício, do seu Imposto de Renda, para aplicação em projetos aprovados pelos órgãos de desenvolvimento.

Por outro lado, todos os hotéis, cujos projetos de construção ou ampliação sejam aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo, gozam de isenção de 70% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, por períodos sucessivos anuais, até o total de dez anos, a partir da data de conclusão das obras. A pessoa física também pode exercer o direito de aplicação de re-